

Diária "Há uma Extrema queda de braço pela frente"

por Claudia Safatle
de Brasília

Com um "choque ortodoxo" em curso e uma reforma tributária de emergência que deverá ser enviada ao Congresso Nacional até a próxima sexta-feira, segue no domingo para Washington uma missão de alto nível para tentar fechar um acordo "stand-by" com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A expectativa da equipe econômica é de que a carta de intenção do governo brasileiro ao FMI esteja pronta na semana que vem, já que a missão negociadora retorna a Brasília no final de semana (dia 10).

O choque da taxa de juro, que apenas começou, foi decidido na tarde do último domingo pelo presidente Collor de Mello, em reunião com o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e demais membros da equipe econômica.

Sabe-se que é uma "estratégia de altíssimo risco", como admitiu uma qualificada fonte oficial a este jornal, mas agora não há condições de recuo. A única experiência que o País teve, de seguir na trilha ortodoxa, foi na gestão Roberto Campos—Octávio Gouvêa de Bulhões (no governo Castelo Branco), em condições bastante diferentes das atuais.

"Há uma queda-de-braço pela frente", resumiu o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo. "Ninguém faz política de juros elevados porque é masoquista. Juros altos evitam a formação de estoques, a especulação, e estimulam os exportadores a fechar contratos de câmbio", reforçou Macedo, adiantando que o governo só afrouxará a política monetária quando tiver nas mãos uma solução estrutural definitiva: "A saída disso é o ajuste fiscal", concluiu.

No bojo dessa opção, a equipe econômica ainda considera a possibilidade de antecipar a redução das tarifas de importação. Há estudos praticamente prontos, nessa direção, mas há, por outro lado, uma fragilidade nas reservas cambiais diante da qual uma liberação na área de comércio externo seria imprudente.

As duas providências de segunda-feira — juros elevadíssimos associados a uma retirada do Banco Central do mercado de ouro — terão que produzir diversos resultados: os exportadores vão acelerar o fechamento de contratos de câmbio (e ontem o Banco do Brasil informou que houve fechamentos de US\$ 22 milhões até o final do dia, enquanto a

(Continua na página 24)

“Há uma queda de braço...”

por Claudia Safatle
de Brasília
(continuação da 1ª página)

média diária é de US\$ 15 milhões); os empresários que apostaram no congelamento de preços e se abarrotaram de mercadorias vão ter que desovar esses estoques por preços mais baixos, já que não haveria demanda suficiente para sancionar as remarcações pretendidas. Tudo isso convergiria para uma normalização da área externa e para uma inflexão dos preços. Quando? Ninguém sabe precisar.

A grande indagação que os economistas do governo fazem, agora, é exatamente essa: quanto tempo será necessário para que o setor real da economia ceda ao único instrumento de que o governo dispõe para controlar a inflação: os juros? Mais inquietante, ainda, é por quanto tempo o presidente Collor de Mello conseguirá sustentar a opção feita no último domingo, na medida que as pressões políticas para um recuo serão crescentes? “É claro que ao considerarmos os riscos dessa estratégia estamos prevendo que muitas empresas podem entrar em concordata ao longo do processo”, assinalou uma outra fonte do Ministério da Economia.

Não contam, também, com um ganho de curto prazo nas taxas de inflação. Novembro e dezembro são meses sazonalmente de demanda mais generosa e pode haver ainda um ligeiro fôlego nas vendas, em face da tentativa do consumidor de antecipar compras que amanhã poderão estar com seus preços mais elevados.

Isso retarda a produção de efeitos, assim como o aprofundamento da recessão será diretamente proporcional à resistência do setor produtivo em “jogar a toalha na mesa”, como simplificou um economista do governo. Como se trata de “uma queda-de-braços”, alguém, desta vez, terá que perder.

E nesse confronto, parecem existir apenas duas hipóteses: “Ou as empresas freiam as remarcações abusivas e abaixam seus preços ou o governo recua, com consequências inimagináveis”, resumiam ontem técnicos do Ministério da Economia, acompanhando a evolução dos indicadores do mercado de câmbio.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Ao mesmo tempo que opera essa política ortodoxa e protege as reservas cambiais (através de uma esperada normalização nas exportações e importações), a equipe econômica tenta concluir para amanhã a reforma tributária de emergência. Há problemas nessa área, principalmente sobre como fechar uma proposta de Imposto de Renda (IR) para as pessoas jurídicas.

Para o IR das pessoas físicas já há uma solução esboçada: uma alíquota de 25% para todos, com um adicional de 10% para os salários mais altos (acima de cinquenta salários mínimos mensais) e uma faixa de isenção de até oito salários mínimos. A essa alternativa haveria uma outra, que seria deixar as alíquotas de 10 e 25%, em vigor, prevalecer, criando uma faixa superior de 35%. Tudo, porém, convergia para a primeira hipótese, até o final da noite de ontem.

Os técnicos que passaram a madrugada de ontem trabalhando para le-

var uma proposta final à reunião com o presidente Collor, pela manhã, voltaram para continuar a feitura de alternativas. Pode haver surpresas, como a criação de um imposto de 2% sobre os ativos das pessoas jurídicas, como foi feito no México. A exposição que o secretário da Receita do México, Francisco Gil Diaz, fez no final de semana para a equipe econômica impressionou e foi objeto de discussão na reunião do presidente com os líderes do governo no Congresso e com o ministro da Economia, ontem no Palácio do Planalto.

Mencionava-se, também, a possibilidade de se criar uma alíquota de 10% sobre o lucro bruto das empresas (lucro abatido apenas dos gastos com matéria-prima, mão-de-obra e depreciação na fábrica). Sugestão que traz problemas jurídicos que não se sabia, ontem, ser possível contornar.

Embora a reunião com o presidente Collor de Mello tenha sido convocada para discutir a reforma tributária — e uma nova reunião foi marcada para as 7 horas da manhã desta quinta-feira —, boa parte dela foi utilizada para debater a política de juros e de câmbio, e os efeitos no funcionamento do mercado ontem.

A VEZ DO MERCADO

Os líderes do governo no Congresso saíram da reunião defendendo as providências de segunda-feira. “A via heterodoxa não deu

resultados. Agora é economia de mercado, o presidente vai deixar o mercado se ajustar, garantiu o deputado Humberto Souto (PFL-MG), líder do governo na Câmara. O senador Marco Maciel também comentou: “O presidente não tinha outra alternativa a não ser sair do mercado do ouro. O governo não queria exaurir suas reservas. Foi um ato de coragem”.

É com esse cenário, onde o ajuste fiscal torna-se mais crucial ainda para respaldar o choque de juros, que os principais assessores econômicos do governo desembarcam na segunda-feira em Washington, para fechar um acordo com o FMI. Em recente documento do FMI — “World Economic Outlook” — a instituição fez uma crítica aberta à política econômica brasileira, assinalando que o governo não havia, até agora, praticado uma política monetária consistente. A decisão do governo Collor de Mello não foi tomada para atender às demandas do FMI, certamente, mas trata-se de uma política que agrada o Fundo.

BALANÇA COMERCIAL
Do lado da balança comercial — cujo superávit começava a minguar os técnicos do Ministério da Economia contam com um efeito adicional da abertura de um bom ágio entre o dólar comercial e o paralelo, que, embora pouco ortodoxo, pode ajudar na obtenção de saldos positivos. Lembrem que em 1988, quando o ágio atingia a casa dos 200%, o superávit bateu em US\$ 19 bilhões.